

As medidas de política (de população) influenciam significativamente a fecundidade actual na Península Ibérica? <sup>1</sup>

17 de Junho 2010 ([http://www.adeh.org/sites/default/files/programa\\_del\\_ix\\_congreso\\_de\\_la\\_adeh\\_2010\\_v21.pdf](http://www.adeh.org/sites/default/files/programa_del_ix_congreso_de_la_adeh_2010_v21.pdf))

Maria Filomena Mendes ([mmendes@uevora.pt](mailto:mmendes@uevora.pt))

Professora Associada no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e Investigadora do CIDEHUS- Centro Interdisciplinar em História, Sociedades e Culturas da Universidade de Évora

Lídia Patrícia Tomé ([lidia@tome.mail.pt](mailto:lidia@tome.mail.pt))

Colaboradora do CIDEHUS- Centro Interdisciplinar em História, Sociedades e Culturas da Universidade de Évora



---

<sup>1</sup> Estudo em elaboração no âmbito do projecto PTDC/SDE/68126/2006, “ O futuro da população portuguesa: a importância da estimação da mortalidade e das migrações ao nível regional”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2007/2010).

## Abstract

A situação de baixa fecundidade em Portugal e Espanha durante as últimas décadas tem vindo a motivar um interesse crescente em torno das medidas de política que poderão vir a promover um aumento do número de nascimentos ou, segundo uma perspectiva de análise de momento, uma alteração na idade média da fecundidade e/ou mesmo do espaçamento observado entre nascimentos. Todos estes factores contribuem para um dos mais baixos níveis de fecundidade alguma vez registados na Península Ibérica.

Com base nos dados disponibilizados no âmbito do Projecto “Human Fertility Data Base” e nos micro dados dos nascimentos registados entre 1995 e 2008, este estudo pretende (1) estimar os valores do índice sintético de fecundidade controlando o efeito tempo, medido através da variação observada na idade média da fecundidade, (2) avaliar a evolução da duração do espaçamento entre o casamento e o 1º filho, entre o 1º e o 2º, o 2º e o 3º; (3) identificar os factores explicativos das diferenças observadas naquelas durações e, com base nesse conhecimento, (4) analisar até que ponto as diferentes medidas de política implementadas naquele período, poderão ter contribuído (ou não) para a redução dos factores que motivam a situação de fecundidade do momento.

## 1. Introdução

Actualmente grande parte da população mundial vive em países onde a fecundidade apresenta valores muito abaixo dos níveis de reposição da população. Assim, a par do crescente aumento da esperança de vida das populações, o declínio da fecundidade tem, nas últimas décadas, caracterizado a dinâmica demográfica dos países Europeus. O adiamento dos nascimentos tem sido uma marca constante do comportamento demográfico nas últimas décadas, nomeadamente nos países desenvolvidos. Esta dinâmica populacional característica marcante da demografia actual, à qual a Europa do Sul, e nomeadamente a Península Ibérica não teve um comportamento diferente, começou por se caracterizar por uma diminuição dos nascimentos e posteriormente pelo próprio adiamento da fecundidade. São vários os autores que se debruçaram sobre a problemática do adiamento da fecundidade e as suas implicações na análise da fecundidade do momento, nomeadamente, autores como Bongaarts, 1999; Kohler, Billari and Ortega, 2002; Kohler e Ortega, 2002; Sobotka, 2003; Frejka e Sardon, 2006. No entanto, as preocupações crescentes com o adiamento da fecundidade passaram rapidamente a ser uma preocupação não só dos demógrafos mas, também, dos próprios governos, levando a alterações nas medidas de política dos diferentes países, de forma a adequar as sociedades aos novos comportamentos, e também com o objectivo de incentivar o aumento da do número de filhos nas famílias.

A menor dependência económica que caracteriza as mulheres nos dias de hoje criou condições esta nova dinâmica demográfica em que as mulheres de hoje apenas tomam a decisão de serem mães quando consideram ter uma determinada estabilidade económica muitas vezes possível apenas quando terminada a sua formação, nomeadamente a de nível superior. Podemos de certa forma considerar que existe uma correlação entre a

fecundidade realizada e o comportamento de homens e mulheres no que respeita quer à participação no sistema educativo, quer no mercado de trabalho (Mendes, Rego e Caleiro, 2006).

Os países no Sul da Europa no qual a Península Ibérica se enquadra apresentaram, nas últimas décadas, uma evolução da fecundidade que permite distinguir a zona sul da restante Europa (Frejka e Sardon, 2006). Este rápido declínio da fecundidade na Europa do Sul, conjugado com a sua persistência durante, pelo menos duas décadas, sem revelar tendências de alteração, conduziu os países, e em particular Espanha e Portugal, a uma situação demográfica impossível de reverter (Mendes, Guerreiro e Caleiro, 2005). De acordo com Mendes e Rego (2007) a situação caracterizada por uma fecundidade débil, incapaz de substituir as gerações, ano após ano, conduziu a um rápido e crescente envelhecimento populacional, acarretando consequências a nível social, económico e político de difícil resolução.

Desta forma as medidas de política propostas pelos governos são utilizadas como tentativas para influenciar a evolução demográfica, com o objectivo de, por exemplo, retardar o envelhecimento da população ou promover um aumento da fecundidade. Estas medidas são comumente conhecidas como políticas de população, ou políticas de família, e destinam-se a ter um impacto sobre a estrutura da população. Por outro lado, muitos são os autores que empregam a expressão políticas de família para enfatizar as políticas governamentais, que muitas vezes não visam objectivos específicos em termos de tamanho e estrutura da população, mas que estão somente preocupados com o bem-estar das famílias.

Esping-Andersen (1999), considera que os países europeus podem ser agrupados em quatro regimes distintos de acordo com as suas políticas sociais: nos Países Nórdicos, a ideia de bem-estar universalista, nos países da Europa Central, o chamado bem-estar

conservador, contrariando o bem-estar liberal dos Países Anglo-saxónicos; e por fim, nos países do Sul da Europa onde impera simplesmente a ideia de bem-estar geral. Os primeiros são caracterizados por políticas que visam a independência individual e a igualdade social entre os indivíduos (não familiares). No caso dos países com bem-estar social conservador as políticas de Estado tendem para a manutenção do status e da preservação das formas tradicionais de família e, muitas vezes, dependem fortemente da ideia de que a família é o fornecedor de bem-estar. Nos países caracterizados por um bem-estar liberal verifica-se um incentivo ao individualismo de mercado através de um mínimo de benefícios sociais que são geralmente direccionados para a diminuição do nível de pobreza e não directamente para as famílias. O Sul da Europa acaba assim por ser uma conjugação de todos os anteriores já que se pretende que o bem-estar social seja geral e não somente direccionado para as famílias ou para a pobreza, no entanto tem-se vindo a assistir a um forte empenho nas políticas de família (Neyer 2003). Esta diferente caracterização da tipologia das políticas de população reflecte o número de nascimentos que tem ocorrido ao longo das últimas décadas nos Países Europeus. Por um lado os Países Nórdicos com os seus regimes de previdência social universalista tendem a ter uma fecundidade relativamente alta contrastando com o Sul da Europa onde os regimes de bem-estar estão associados a valores de baixíssima fecundidade, estando numa situação intermédia os países da Europa Ocidental com uma fecundidade moderadamente alta.

A acentuada diminuição dos níveis de fecundidade nos países do Sul da Europa veio aumentar as pressões sobre as políticas de população de forma a dar resposta a esta preocupante situação. De acordo com Grant et al. (2004), existem dois tipos de políticas essenciais para fazer frente a este problema da acentuada diminuição da fecundidade: (i) as políticas preventivas, destinadas a modificar o comportamento demográfico que se

pensa levar a resultados adversos; estas políticas podem ser indirectas, tais como, políticas económicas, de igualdade de género e de educação, ou directas, como as política de imigração, de apoio à família e políticas de emprego, e (ii) as políticas destinadas a minimizar as consequências da baixa fecundidade, a diminuição populacional e o envelhecimento da população; nestas políticas incluem-se, por exemplo, a reforma da segurança social, bem como as medidas associadas à saúde.

## 2. Dados e Metodologia

Os dados utilizados neste trabalho foram os micro-dados relativos a todos os nascimentos ocorridos, entre 1995 e 2008<sup>2</sup>, em Portugal e em Espanha. Estes dados foram cedidos pelos Institutos Nacionais de Estatística de ambos os países (<http://www.ine.pt> e <http://www.ine.es>).

Num primeiro momento e de forma a caracterizar o comportamento da fecundidade em Portugal e Espanha recorreu-se à utilização do índice sintético de fecundidade (ISF), assim como da idade média à fecundidade (IMF). O ISF é uma medida calculada em transversal, ou seja calculada num determinado momento do tempo, normalmente num ano civil e que mede o número de filhos que, em média uma mulher deixa na população, se mantiver ao longo de toda a sua vida fértil um comportamento idêntico ao registado nesse mesmo ano civil no conjunto das mulheres existentes na população, com idades entre os 15 e os 50 anos exactos e que, pertencem assim a diferentes gerações (Mendes e Rego 2007). Por outro lado, e tendo em conta que este índice é bastante influenciado pela idade média em que as mulheres decidem ter filhos, faz todo o sentido analisar, conjuntamente, a idade média da fecundidade (IMF), quer no seu todo, quer por ordem

---

<sup>2</sup> Disponibilizados pelo INE português até ao ano de 2007 e pelo INE espanhol até ao ano de 2008.

de nascimento. Sendo o ISF a medida mais utilizada para analisar a fecundidade e também o indicador mais representativo do período fecundo, é, simultaneamente, uma medida mais susceptível de ser influenciada pelo efeito tempo (Sobotka, 2004). Assim, seguindo Bongaarts e Feeney (1998), calculámos o ISF ajustado, neutralizando o efeito ao tempo, no indicador do momento, provocado pelo adiamento observado na IMF. Este novo indicador é calculado através da seguinte fórmula:

$$ISF_{ajust} = ISF_{i,t} / (1 - r_{i,t})$$

em que o  $r$  é o valor médio da diferença entre a idade média das mães ao nascimento do filho no ano imediatamente anterior (t-1) e no ano seguinte (t+1) ao ano em análise (t).

Desta forma isolamos o efeito do tempo no cálculo do ISF, na medida que se trata, como já referimos, de um indicador da fecundidade do momento. No caso de se verificar um aumento da idade média da fecundidade ao longo do tempo, o ISF tende a subavaliar a fecundidade. No caso contrário, isto é, se a idade média diminuir, tende a sobrevalorizá-la. Assim e no que diz respeito ao  $ISF_{ajust}$  foi calculado para os dois países de acordo com a ordem do nascimento (do 1º ao 4º filho).

Numa segunda fase deste trabalho e de forma a avaliar a evolução dos intervalos entre o casamento e o nascimento do 1º filho, entre o nascimento do 1º e o do 2º filho, entre o do 2º e 3º, utilizámos uma análise de sobrevivência entre cada um dos eventos de forma a compreender a sua evolução no período em análise. De acordo com Rocha e Papoila (2009) a análise de sobrevivência, engloba um conjunto de métodos e modelos que se destinam à realização de uma abordagem estatística de dados de sobrevivência. Para que esta análise se torne possível, é necessário registar, para um determinado conjunto de indivíduos, o tempo decorrido desde um instante inicial, até se verificar o acontecimento de interesse, ou seja, até ocorrer o “evento”. Neste trabalho em particular, o instante

inicial, assim como o evento de interesse serão diferentes nos três momentos em análise. Numa primeira abordagem iremos analisar a evolução no espaçamento entre o casamento e o nascimento do primeiro filho (sendo o instante inicial o casamento e o evento de interesse o nascimento do primeiro filho). Numa segunda situação em que se pretende analisar o espaçamento entre os nascimentos entre o primeiro e segundo filhos, o evento de interesse será a ocorrência do segundo nascimento, e o instante inicial o nascimento do primeiro filho. Iremos analisar por fim o espaçamento entre o segundo e terceiro nascimento, seguindo a lógica apresentada anteriormente. De destacar ainda que embora só na primeira abordagem se tenha como evento inicial o casamento, todas as análises foram realizadas apenas para as mães casadas.

Na análise de dados recorrendo a uma abordagem na perspectiva da sobrevivência, é de extrema importância considerar a possibilidade da existência de dados incompletos, ou seja, dados censurados<sup>3</sup> ou truncados<sup>4</sup>. Os casos de censura ou de truncatura podem estar relacionados com as mais diversas situações. Neste caso em particular uma situação de censura acontece quando, por exemplo, pretendemos analisar o tempo decorrido entre o casamento e o nascimento do primeiro filho para as mães que ainda não celebraram o matrimónio teremos o evento de interesse (o nascimento) mas não teremos o instante inicial (o casamento), excluindo-se desta forma, à partida, as mães que não são casadas, recorrendo assim a dados truncados.

---

<sup>3</sup> Dados censurados: não é possível observar o tempo de “vida” com exactidão, havendo informação incompleta.

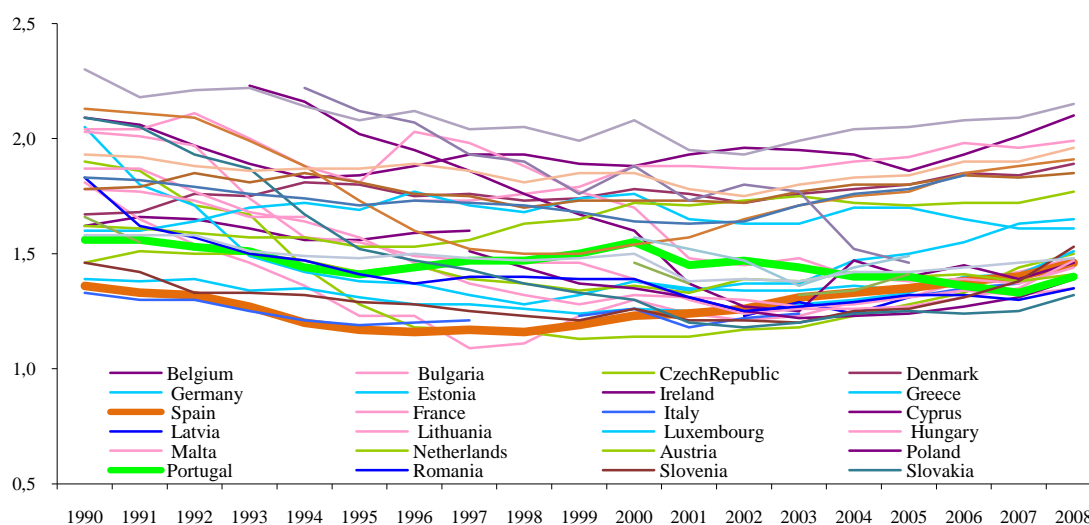
<sup>4</sup> Dados truncados: quando são estudados indivíduos a quem ocorreu determinado evento, e que foram previamente seleccionados antes de se iniciar o estudo.



### 3. Evolução da Fecundidade e as Políticas de população no contexto da Europa (resultados)

Ao observar o índice sintético em diferentes países da Europa (Figura 1) verifica-se, de facto, uma constante diminuição dos seus níveis nomeadamente até ao ano 2000. Espanha destaca-se como um dos países que apresenta valores mais baixos, enquanto Portugal se encontra até 2005 com valores superiores. No sentido oposto ao observado na Península Ibérica sobressaem os países do Norte da Europa, como a Islândia, a Noruega, a Suécia e ainda a Irlanda, que apresentam valores acima ou perto de 2.

Figura: 1 Evolução do ISF nos Países da Europa entre 1990 e 2008



Fonte: Eurostat; elaboração própria

Como referimos anteriormente a tendência de evolução dos nascimentos na Península Ibérica tem sido diferente em Portugal e Espanha. Na Tabela 1 podemos analisar os valores correspondentes aos nascimentos totais de ambos os países, bem como o índice sintético de fecundidade e ainda a idade média à fecundidade. No intervalo de tempo em análise, que decorre entre 1995 e 2008, verificamos que Portugal tem dois momentos

diferentes: numa primeira fase, entre 1995 e 2000, caracterizada por um aumento do número de nascimentos, seguindo-se posteriormente até 2008 uma diminuição. Relativamente a Espanha verifica-se um aumento de nascimentos entre 1995 e 2008.

Tabela: 1 Evolução dos nascimentos, índice sintético de fecundidade e idade média da fecundidade para Portugal e Espanha entre 1995 e 2008

Anos Cívicos	Nascimentos		ISF		IMF	
	Portugal	Espanha	Portugal	Espanha	Portugal	Espanha
1995	107097	363469	1,41	1,17	27,83	29,96
1996	110261	362626	1,44	1,16	28,02	30,18
1997	112933	369035	1,47	1,18	28,13	30,37
1998	113384	365193	1,48	1,16	28,25	30,53
1999	116002	380130	1,51	1,19	28,41	30,64
2000	120008	397632	1,56	1,23	28,53	30,71
2001	112774	406380	1,46	1,24	28,60	30,74
2002	114383	418846	1,47	1,26	28,75	30,77
2003	112515	441881	1,44	1,31	28,85	30,83
2004	109298	454591	1,40	1,33	29,03	30,85
2005	109399	466371	1,41	1,35	29,17	30,89
2006	105449	482957	1,36	1,38	29,27	30,88
2007	102492	492527	1,33	1,40	29,48	30,87
2008	104594	519050	1,37	1,46	-	30,95

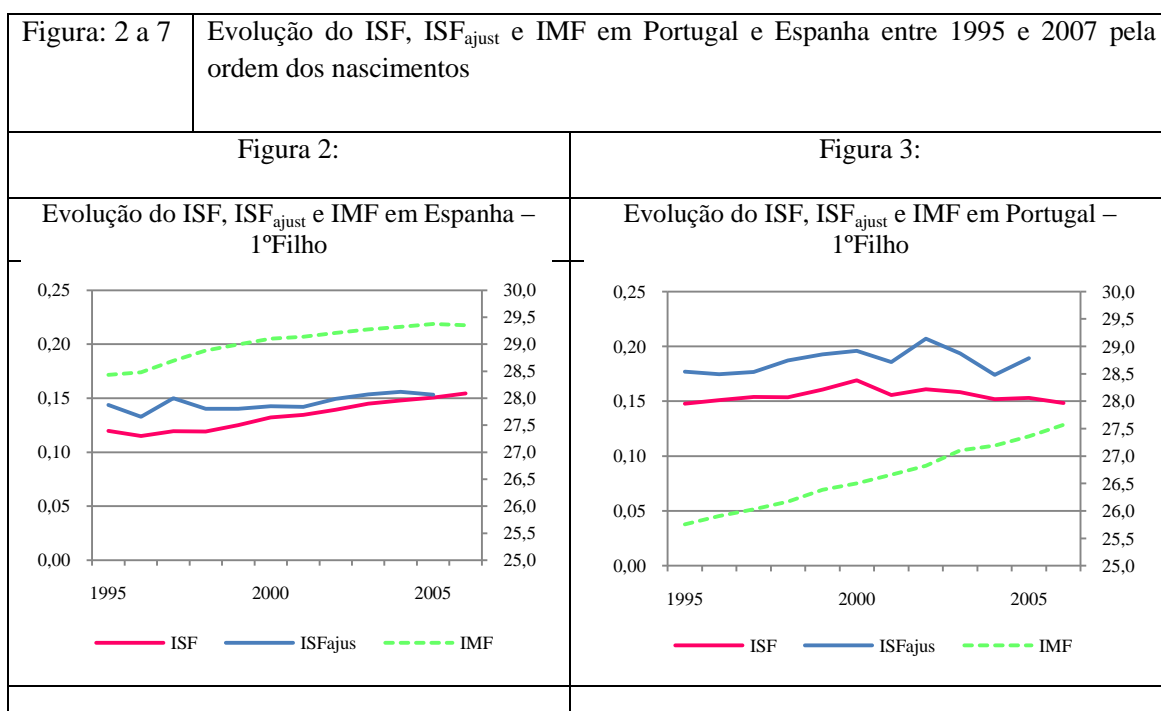
Fonte: Eurostat (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>), Instituto de Estatísticas de Portugal ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)), Instituto de Estatísticas de Espanha ([www.ine.es](http://www.ine.es)).

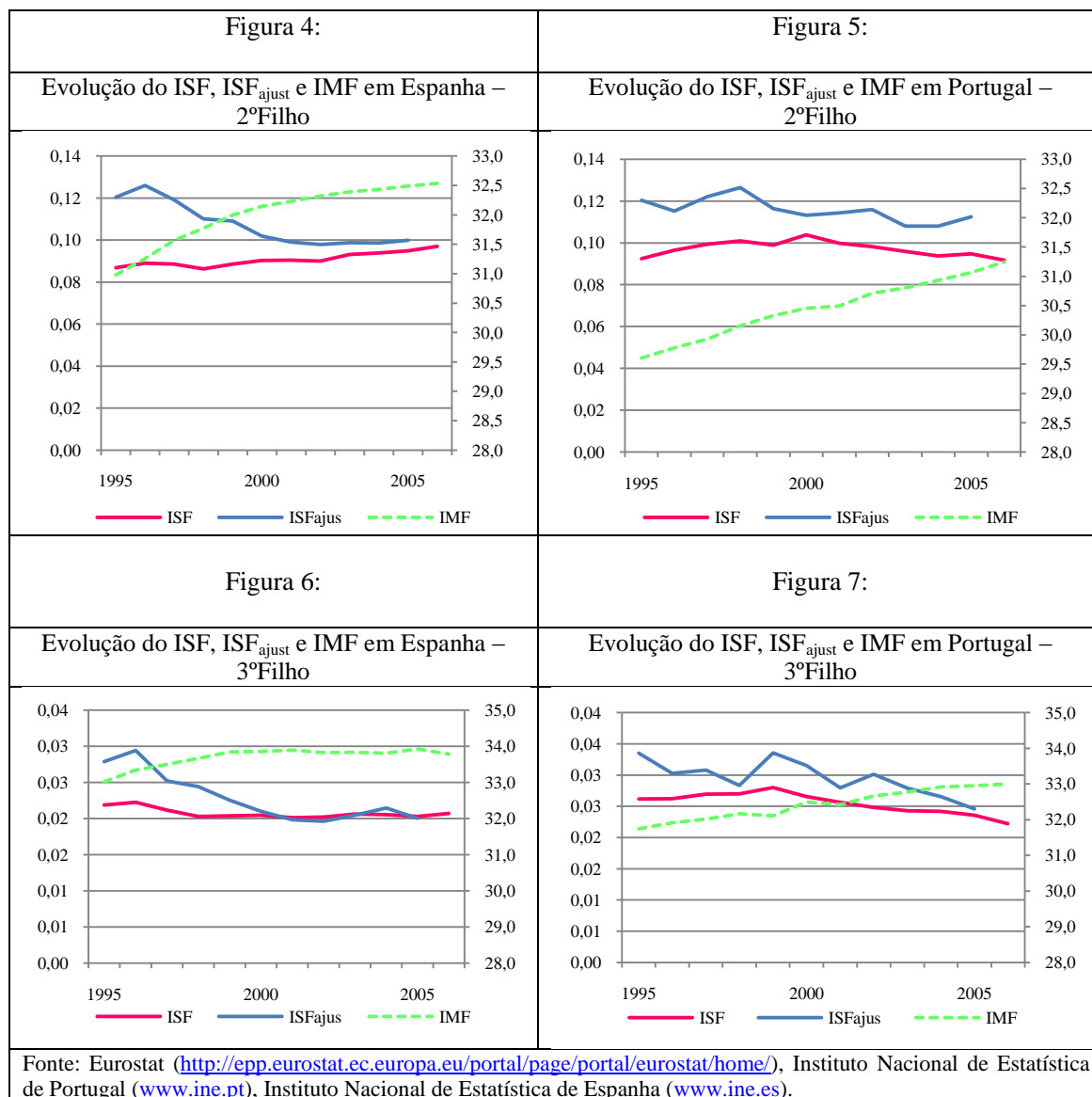
Apesar das diferenças verificadas entre os dois países, nenhum deles consegue ter um ISF que possibilite a substituição das gerações (ISF=2,1). Por sua vez, os valores da idade média à fecundidade, ainda que mais elevados em Espanha, apresentam um comportamento semelhante, na medida em que ambos os países as mães têm vindo a aumentar a idade da maternidade.

Nos últimos anos a análise da fecundidade considerando a ordem dos nascimentos tem-se tornado cada vez mais relevante. Embora seja importante analisar o ISF e a IMF totais é também necessária uma análise em função da ordem do nascimento bem como

examinar a evolução do ISF quando é controlado o efeito do adiamento da fecundidade (Figura 2).

Os resultados obtidos relativamente ao primeiro filho indicam-nos uma subida constante na idade média a que as mães casadas tiveram o seu primeiro filho, quer para Espanha, quer para Portugal. No entanto, entre 1995 e 2002, as mães espanholas tiveram o seu primeiro filhos 2,5 anos mais tarde do que as portuguesas, diferença essa que tem vindo a diminuir, cifrando-se em 2006 em, aproximadamente, 2 anos. Quanto ao ISF em Espanha, verificamos que tem vindo a aumentar, tendo o valor de 0,12 em 1995 e aumentando para 0,15 em 2005, coincidindo neste ano com os valores do índice controlando o efeito tempo (0,15). De facto verifica-se uma aproximação de comportamento entre o valor do ISF sem e com ajustamento ao longo do período em análise. Em Portugal, porém, aqueles valores encontram-se afastados, tanto em 1995 como em 2005. Os valores para o ISF (0,15) permanecem inferiores aos do ISF ajustado (0,18), ao longo do período em estudo.





Relativamente ao segundo filho verifica-se que para os dois países a situação é muito semelhante à do caso anterior. Espanha regista idades médias mais elevadas. No entanto, o seu distanciamento relativamente a Portugal é, em média, de 1,5 anos a mais. Quanto ao ISF verifica-se novamente em Espanha uma aproximação dos valores ajustados aos não ajustados, nomeadamente, nos últimos anos. Em Portugal podemos observar que ao retirarmos o efeito tempo ao ISF ele aumenta em média 0,018 (Figuras 4 e 5).

Relativamente ao terceiro filho é possível observar, igualmente, uma situação muito semelhante à anterior. Todavia, o indicador calculado para o terceiro filho diminuiu em Espanha até 2002, estabilizando após este ano. A idade média não se alterou substancialmente nos últimos anos, reflectindo-se numa situação em que o ISF apresentou valores próximos (num caso, maior) dos valores do mesmo indicador sem o efeito do tempo. Para Portugal a situação é semelhante às anteriormente observadas. No entanto, no respeitante ao terceiro filho, no último período a diminuição do ISF é acompanhada pelo índice ajustado, aproximando-se ambos os valores. No que diz respeito à idade média da fecundidade constata-se que em Espanha esta está estacionária em torno dos 34 anos de idade, enquanto em Portugal os seus valores no período em análise oscilaram entre os 32 e os 33 anos de idade (Figura 6 e 7).

Esta análise possibilita mais uma vez constatar que a fecundidade continua a diminuir em Portugal, e que Espanha parece estar a contrariar esta tendência apresentando um aumento do ISF, nomeadamente para o primeiro e segundo filhos.

Numa outra perspectiva é importante compreender a evolução do espaçamento entre o casamento e o nascimento do 1º filho, entre o 1º e o 2º filho e, por fim, entre o 2º e o 3º filho. Esta evolução do espaçamento é avaliada através da análise de sobrevivência patente nas figuras 8 a 13.

O espaçamento decorrido entre o casamento e o nascimento do primeiro filho apresenta para Portugal e Espanha uma dinâmica semelhante. Nos dois países a probabilidade de uma mulher ter o seu primeiro filho até dois anos depois do casamento é de aproximadamente 50%. No entanto, a situação portuguesa apresenta duas situações diferentes: no primeiro momento, entre 1995 e 2001, a probabilidade de o primeiro nascimento acontecer menos de um ano depois do casamento era de aproximadamente

80%, passando num segundo momento (2002 a 2007) esta probabilidade para 94% aproximando Portugal ainda mais da situação espanhola em que a probabilidade de as mães terem o seu primeiro filho em menos de um ano após o casamento é, em média, 94% (Figuras 8 e 9).

Figura: 8 a 13 Evolução dos espaçamentos entre o casamento e o 1º filho; 1º e 2º filho; 2º e 3º filho, para Espanha e Portugal, entre 1995 e 2008

Figura 8:

Evolução do espaçamento entre o casamento e o primeiro filho - Espanha

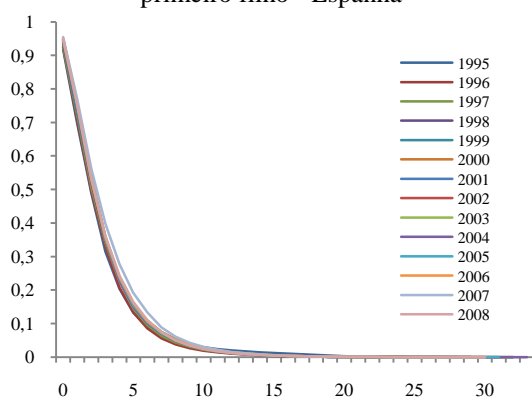


Figura 9:

Evolução do espaçamento entre o casamento e o primeiro filho - Portugal

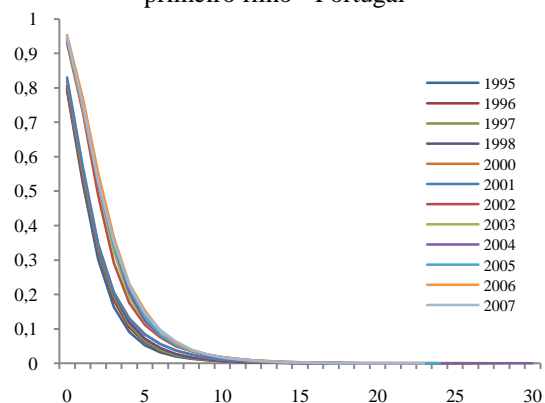


Figura 10:

Evolução do espaçamento entre o nascimento do primeiro e do segundo filho - Espanha

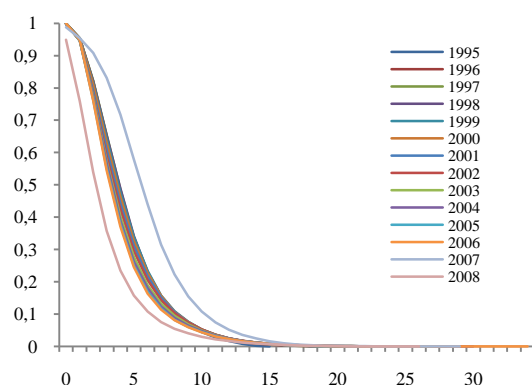


Figura 11:

Evolução do espaçamento entre o nascimento do primeiro e do segundo filho - Portugal

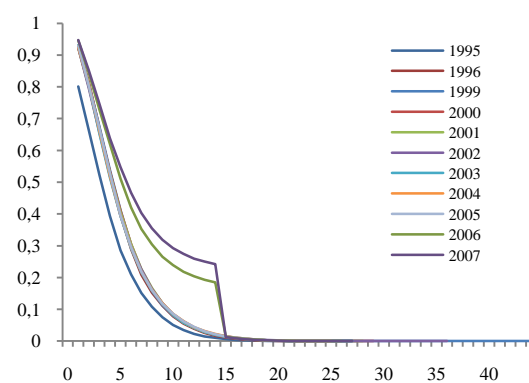


Figura 12:

Evolução do espaçamento entre o nascimento do segundo e do terceiro filho – Espanha

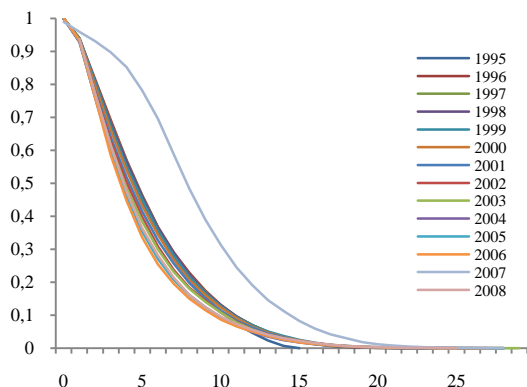
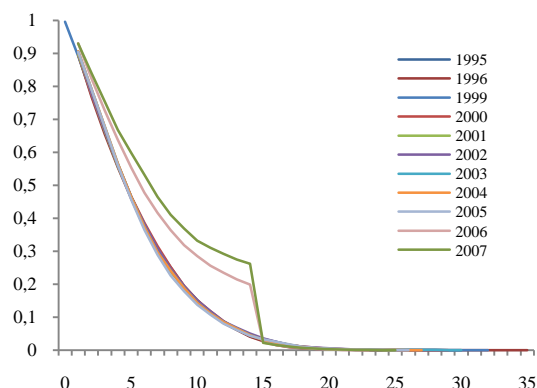


Figura 13:

Evolução do espaçamento entre o nascimento do segundo e do terceiro filho - Portugal



Fonte: Eurostat (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>), Instituto de Estatísticas de Portugal ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)), Instituto de Estatísticas de Espanha ([www.ine.es](http://www.ine.es)).

No que diz respeito ao espaçamento entre os nascimentos do primeiro e do segundo filho destaca-se em Portugal (Figura 11) o ano de 1995 como aquele em que as mães menos tempo esperaram para ter o seu segundo filho. Neste ano verificou-se uma probabilidade de aproximadamente 50% das mães esperarem em média 3 anos, passando depois a esperar 4 anos, entre 1996 e 2005. A partir de 2006 as mães passaram a esperar 5 anos para terem o seu segundo filho.

Relativamente a Espanha (Figura 10) verifica-se que existe no período em análise a probabilidade de, em média, 99,5% das mães terem o seu segundo filho menos de um ano depois de terem o primeiro. Neste período, destacam-se os anos de 2007 e 2008, com uma situação diferente dos restantes anos em análise: o primeiro por ser o ano em que existiu uma probabilidade de 58% de as mães que já tinham o seu primeiro filho esperar 5 anos para terem o segundo filho; enquanto em 2008 existiu uma probabilidade de 54% das mães esperarem apenas 2 anos para terem o seu segundo filho.

Por último, e no que concerne ao espaçamento entre o nascimento do segundo e o do terceiro filho, verifica-se para Portugal uma situação semelhante à anterior, e mais uma

vez verifica-se uma probabilidade de 54% de as mães esperarem até 5 anos para terem o seu terceiro filho (Figura 13). A situação espanhola (Figura 12) também não se revela muito diferente da anterior. Mais uma vez, destaca-se 2007 como sendo o ano em que a probabilidade de as mães esperarem até 7 anos para terem o seu terceiro filho foi de 59%.

#### 4. Políticas de população

O acentuado decréscimo no número de filhos que tem afectado Portugal e Espanha, e particularmente Portugal, originaram preocupações políticas, nomeadamente, desde a década de 90 do passado século. De uma forma geral, as políticas de família tornaram-se particularmente importantes no apoio à natalidade, originando também novas políticas sociais, educativas e fiscais. Estas novas medidas e políticas, criadas nos finais do século XX, estão hoje em permanente actualização e adaptação aos novos comportamentos. Assim, nos primeiros anos deste novo século as políticas sociais têm-se modificado em muito, permitindo aos governos tanto de Portugal como de Espanha dar respostas às novas necessidades sociais.

Na tabela 1 encontra-se uma síntese de algumas leis, decretos-lei e resoluções para os dois países. Para ambos a situação é semelhante, na medida em que são as leis associadas à segurança social e, particularmente, na protecção da maternidade e paternidade que reflectem na sua essência as políticas de população e de família. De uma forma geral, o surgimento de medidas de políticas em Portugal e Espanha coincide nos mesmos períodos temporais.



Tabela: 2 Algumas das Políticas e Leis de População em Portugal e Espanha no período de 1995 a 2007

Ano	Portugal	Ano	Espanha
1995	Lei n.º 17/95 (altera a lei base da Segurança Social - Lei n.º 4/84)	1995	Ley nº 4/1995
1996	Directiva comunitária e comum a todos os Países da União europeia (34/1996)		
		1996	Real Decreto 84/1996
-	-	1997	Resolução de 22 Julio 1997
1998	Lei n.º 18/98 (altera a Lei n.º 17/95)	1998	Decreto-ley nº 11/1998
1998	Decreto-Lei n.º 347/98	-	-
2000	Decreto-Lei Nº 77/2000	-	-
2001	Lei N.º 90/2001	2001	Real Decreto 1251/2001
2002	Lei n.º 32/2002	-	-
2002	Decreto-Lei N.º 70/2000 (altera a Lei n.º 18/98)	-	-
2003	Decreto-Lei nº 176/2003	-	-
2004	Lei n.º 35/2004	-	-
2004	Directiva comunitária e comum a todos os Países da União europeia (29/2004)		
2007	Decreto-Lei n.º 308-A/2007 (Programa de incentivo à natalidade)	2007	Ley orgánica nº 3/2007

Fonte: CITE – Comissão para a Igualdade do Trabalho e no Emprego (<http://www.cite.gov.pt/pt/acite/legislacaonacion03.html>) e BOE – Boletín Oficial del Estado ([http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases\\_datos/iberlex.php](http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/iberlex.php)).

As diferentes alterações da lei base da segurança social, tanto em Espanha como em Portugal passam, numa primeira fase, pelo incremento dos “abonos de família” com valores mais elevados, bem como o aumento da oferta de creches e jardins-de-infância, acessíveis a uma parte da população menos favorecida e com menores rendimentos. No período em estudo, as alterações normativas e legislativas procuraram desenvolver também regulamentações com vista à promoção da igualdade no campo laboral permitindo tanto ao pai, como à mãe, terem os mesmos benefícios e terminar, paralelamente, com as desigualdades existentes, de forma a conciliar a actividade profissional e a vida familiar. Os dois países implementaram também normas já habituais no Norte da Europa, tais como, um maior acesso ao ensino superior permitindo aos jovens com mais fracos recursos financeiros a possibilidade de contraírem empréstimos com maior duração. Foram ainda concedidos maiores benefícios às famílias com crianças portadoras de deficiências.

Numa segunda fase, nomeadamente após o ano de 2005, é de salientar uma maior preocupação com a promoção do aumento da fecundidade: em Portugal, o Programa de Incentivo à Natalidade (2007) e, em Espanha, a *Ley orgánica* nº 3 (2007), em ambos os casos com a implementação de novas políticas de apoio à família. No entanto, na situação portuguesa com maior impacto, uma vez que neste país em particular o número de nascimentos tem vindo a decrescer, o que não se tem verificado em Espanha (de referir, em Espanha, a criação do “cheque bebé” em 2007 no valor de 2.500€ para fomentar ainda mais o aumento da natalidade). De uma forma geral, as medidas de política de ambos os países encontram-se mais direccionados para a população com maiores dificuldades económicas. Porém, Portugal pela sua conjuntura económica mais problemática apresenta maiores alterações e de forma mais constante. A relação directa entre as políticas criadas nos dois países e o aumento dos seus nascimentos parece não poder estabelecer-se.

## 5. Notas Finais

Embora para os dois Países Ibéricos o comportamento das mães casadas no que diz respeito ao adiamento da sua fecundidade seja semelhante, no que respeita à evolução do ao número de nascimentos a situação parece diferente. Se em Portugal estes continuam a diminuir, em Espanha a situação começa a reverter. O impacto do efeito de tempo nos indicadores de fecundidade do momento é bem visível, nomeadamente, no primeiro e no segundo filho. O adiamento da maternidade aliado à diminuição do número de filhos tem sido uma constante nos últimos anos.

A análise de sobrevivência permite compreender o efeito do adiamento da fecundidade de acordo com uma nova abordagem, enquadrando o adiamento do número dos nascimentos bem como o aumento do espaçamento entre os mesmos.

Ao estabelecermos uma análise comparativa entre Portugal e Espanha, podemos, de certa forma, verificar que as políticas em Espanha produziram um maior efeito, pois o número de nascimentos tem vindo a aumentar no país. Contudo a situação de fecundidade espanhola sofre uma influência muito significativa do elevado número de imigrantes que possuem dinâmicas demográficas diferentes.

As políticas destinadas a minimizar as consequências da baixa fecundidade têm igualmente como objectivo, minimizar a diminuição populacional, bem como atenuar o envelhecimento da população. Todavia, nestas políticas incluem-se medidas que recentemente os governos, espanhol e português, tiveram de suspender de forma a controlar o deficit orçamental de cada um dos países.

Na verdade, numa primeira abordagem, não conseguimos evidência para sustentar que as medidas de política de população (ou a sua ausência) influenciam (ou não) o aumento da fecundidade. Alterações no adiamento da idade média da maternidade ou mesmo no comportamento do espaçamento entre nascimentos pode implicar, por si só, um aumento conjuntural do número de nascimentos. Para além desta constatação, parece que as dificuldades económicas, tal como o aumento da precariedade e a diminuição da confiança na economia do país, podem estar na origem de uma diminuição do número dos nascimentos.

## 6. Bibliografia

- BILLARI, F. (2004): “Becoming an Adult in Europe: a Macro (/Micro)- Demographic Perspective”, *Demographic Research*, Special Collection 3, Article 2, April 2004, pp. 15-44, Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, [www.demographic-research.org](http://www.demographic-research.org).
- BONGAARTS, J. (1999): “Fertility Decline in the Developed World: where will it end?”, *The American Economic Review*, May, 89, 2, pp. 256-260.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1999). *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford: Oxford University Press.
- FREJKA, T. and SARDON, J. P (2006): “First birth trends in developed countries: Persisting parenthood postponement”, *Demographic Research*, Volume 15, Article 6, September 2006, pp. 147-180, Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, [www.demographicresearch.org](http://www.demographicresearch.org).
- GRANT, J., S. HOORENS, S. SIVADSAN, M. ,J. DAVANZO, L. HALE, S. GIBSON, and W. BUTZ (2004). *Low Fertility in Population Aging: Causes, Consequences and Policy Options*. Santa Monica, C.A.: RAND, [www.rand.org](http://www.rand.org).
- KOHLER, H. and ORTEGA, J. A. (2002): “Tempo-adjusted period parity progression measures: assessing the implications of delayed childbearing for cohort fertility in Sweden, the Netherlands and Spain”, *Demographic Research*, Volume 6, Article 7, Mar 2002, pp. 145-190, Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock [www.demographic-research.org](http://www.demographic-research.org).
- KOHLER, H., BILLARI, F. and ORTEGA, J. A. (2002): “The emergency of lowest-low fertility in Europe during the 1990s”, *Population and Development Review*, 28 (4), pp. 641-680.
- KOHLER, H., BILLARI F. and ORTEGA J. (2006), “Low and Lowest-Low Fertility in Europe: Causes, Implications and Policy options”, in F. R. Harris (Ed.), *The Baby Bust: Who will do the Work? Who Will Pay the Taxes?* Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 48-109.
- MENDES, F., GUERREIRO, G; CALEIRO,A (2005): “Fertility in Pontugal, How presistent is it?”, Working Paper n°2005/12, Universidade de Évora, Despartamento de Economia.
- MENDES, F., REGO, C. (2007): “Baixa fecundidade nos países do Sul da Europa: a importância das desigualdades na educação e na participação no mercado de trabalho, ao nível regional”, in 13º Congresso da APDR, Açores, Portugal.
- NEYER, G. (2003), “Family Policies and low fertility in western Europe”, in *MPDID Working Paper WP 2003-021*, Max Planck Institute, Rostock.

- ROCHA, C., PAPOILA, A. L. (2009): Análise de Sobrevivência. Publicação disponibilizada in XVII Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística. Sociedade Portuguesa de Estatística.
- SOBOTKA, T. (2003): “Tempo-Quantum and Period-Cohort Interplay in Fertility Changes in Europe. Evidence from the Czech Republic, Italy, the Netherlands and Sweden”, *Demographic Research*, Volume 8, Article 6, April 2003, pp. 151-214, Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, [www.demographic-research.org](http://www.demographic-research.org);